O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: PRÁTICAS INOVADORAS DESAFIANDO A FORMAÇÃO DOCENTE

Vanessa Vian¹ José Claudio Del Pino²

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar os documentos relacionados à proposta de implantação do Ensino Médio Politécnico e sua aproximação com as práticas inovadoras de ensino. Evidenciase a prática da pesquisa na educação básica como um fator de diferenciação nas políticas públicas estabelecidas e sua relação direta com a atuação do professor para trabalhar nessa proposta, apresentando reflexões acerca da formação desse profissional e a constituição dos saberes docentes.

Palavras-chave: Ensino politécnico. Pesquisa. Professor-pesquisador. Formação de professores.

VOCATIONAL EDUCATION: INNOVATIVE PRACTICES CHALLENGING TEACHER EDUCATION

Abstract: This paper aims to analyse the documents related to the implementation of Vocational Education with innovative teaching practices. It argues that researches in Elementary Education might have a positive effect upon public education and that the work of a teacher is directly related to this. As a conclusion, this paper brings reflections on Teacher Education and teaching knowledge.

Keywords: Vocational Education. Research. Teacher-researcher. Teacher education.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa nos processos educativos tem se tornado cada vez mais evidenciada quando o seu propósito é apresentar condições que possam ir ao encontro da autonomia dos sujeitos. São diversos os autores que apontam o uso da pesquisa em ensino como ferramenta capaz de beneficiar a construção de indivíduos ativos e críticos no meio vivencial. Freire (1996) aponta a pesquisa, como um dos caminhos para atingir a emancipação dos sujeitos. Demo (1992, 1995, 2004, 2008, 2011),

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino do Centro Universitário UNIVATES. Professora pública do estado do Rio Grande do Sul.

² Professor do Programa de Pós Graduação em Ensino – Univates e do Programa de Pós Graduação Educação em Ciência – Ufrgs.

Galiazzi e Moraes (2002) e Galiazzi (2011) indicam educar pela pesquisa, ou mesmo, a pesquisa como princípio educativo, como momento para reflexão, ação, leitura, escrita, argumentação e caminho para o desenvolvimento de sujeitos autônomos. Ludke, Cruz e Boing (2009), refletem sobre a inserção da pesquisa como prática do professor da educação básica, analisando os pontos facilitadores e dificultadores de sua realização, por meio de estudo que abrange a visão de diversos autores.

A aposta que se faz na proposta de educar pela pesquisa é de permitir que a educação seja entendida como parte de uma politicidade, ou seja, como condição de transformar e intervir no destino e na vida das pessoas e sociedades, a fim de que estas possam criar sua própria história (DEMO, 2004). Conforme esse autor, a história que passa a ser escrita por mão própria,, é aquela que condiciona o constante refletir, a autopoiese³, a busca e o caminho para a autonomia.

Este artigo objetiva refletir sobre a relação da pesquisa na educação básica a partir da implantação do Ensino Médio Politécnico. Para tanto, primeiramente, são analisados os documentos pertinentes à reestruturação do Ensino Médio oriunda do governo do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014) e, partindo dessa análise, será feita uma reflexão em torno das possibilidades desta se tornar uma proposta inovadora quando relacionada à condição de tornar sujeitos críticos e autônomos no que se refere à constituição de novas aprendizagens.

2 A PROPOSTA DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E SUA RELAÇÃO COM A PESQUISA: REFLEXÕES

A politecnia não é uma definição recente, ela tem suas raízes fixadas nos processos históricos e sociais. Rodrigues (1983) aponta que a origem do termo Educação Politécnica é herança de Marx, mesmo que este nunca tenha escrito especificamente para a área da educação. Marx, segundo o autor, ao relacionar a necessidade de uma educação multilateral, centrava-se no trabalho como um princípio educativo, o qual deveria integrar a ciência, a tecnologia, a arte e a sociedade.

No Brasil, ainda conforme Rodrigues (1983), a introdução do termo politecnia ocorre em 1980, por Saviani, que, nessa época, já apresentava resistência sobre o caráter autoritário e reprodutório do sistema educativo.

Frigotto (2005) indica que a politecnia passa a ser uma adequação no sistema da educação básica diante do contexto da mundialização do capital e da globalização. De acordo com ele, a concentração da riqueza nas mãos de poucos aumenta a pobreza e o capital perde o caráter civilizatório ao negar o compromisso com as populações locais.

³ Maturana apud Demo (2004) relaciona o termo autopoiese como a capacidade humana de autoformação e de auto-organização, de maneira que o sujeito observe a realidade externa e passe a interpretá-la de forma livre.

Com a condição contraditória apresentada entre o desemprego e a sociedade do conhecimento, Frigotto (2005, p. 14) aponta a contribuição da politecnia no sentido de:

[...] desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que faculte aos jovens a capacidade analítica, tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida.

Esse autor assinala como sendo propósito da educação politécnica: "Uma formação humana que rompa com as dicotomias, geral e específico, político e técnico, ou educação básica e técnica" (FRIGOTTO, 2005, p. 14).

A partir do ano de 2012, o Ensino Médio Politécnico passa a vigorar nas escolas públicas do Rio Grande do Sul sob a forma de política pública⁴. Esta reestruturação apoia-se na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394-96,⁵ nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)⁶ e objetiva atingir "[...] Um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade, sustentabilidade e com qualidade cidadã" (RIO GRANDE DO SUL, 2011-2014, p. 4).

A justificativa evidenciada pelo governo do Rio Grande do Sul ao implantar essa proposta está diretamente relacionada à descontextualização apresentada em grande parte das salas de aula, ao afastamento entre teoria e prática, à distância entre conteúdos e vivência real, à falta de manuseio adequado da tecnologia, ou mesmo à falta de recursos disponíveis para atuação favorável da construção de

⁴ Conforme Moisés e Geraldi (1999 apud ESQUINSANI, et al., 2006, p. 18-19), a política pública floresce a partir de um plano de governo: "Este define-se no interior de uma proposta que, se majoritária eleitoralmente, deverá transformar-se em política pública, porque não basta a aprovação eleitoral de propostas para que a população assuma como suas as necessidades sociais e as soluções advogadas por planos governamentais. Numa sociedade como a nossa, há que acrescentar ainda a prática política, em que os planos de governo não são sequer divulgados nos processos eleitorais. Como em nossa sociedade nem todos podem ocupar o lugar da enunciação, são alguns que definem as necessidades sociais e, com base em tais definições, elegem prioridades e elaboram programas que, apresentados ou sonegados, constituem uma sequência de ações decididas a priori, com as quais se pretende submeter o andar da vida de todos".

⁵ Lei Federal n° 9394/96, de 20/12/1996, art. 20: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, Lei n° 9.394/1996, Art. 22). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394. htm> Acesso em 25 jan. 2014.

⁶ Resolução aprovada em 31 de janeiro de 2012. Consta no Diário Oficial da União, seção 1, p. 20.

novas aprendizagens em que se instaura a educação básica, principalmente do Ensino Médio^{7.}

Agravando este panorama, constata-se que o ensino se realiza mediante um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio-histórica, e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação (RIO GRANDE DO SUL, 2011-2014, p. 5).

De acordo com o documento analisado, a preocupação essencial em torno da politecnia é possibilitar a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho *intelectualizado*, condicionando à emancipação humana (Idem, p. 13, grifo dos autores).

Para desenvolver esse novo princípio educativo a escola é fundamental, uma vez que sua função precípua é ensinar a compreender e a transformar a realidade a partir do domínio da teoria e do método científico. Se o saber fazer poderia ser aprendido na prática, sem ou com reduzida escolaridade, o trabalho intelectualizado e a participação na vida social atravessada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida, ampliada e de qualidade, principalmente para os que vivem do trabalho, para os quais a escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado (Idem, p. 13).

Para a realização de tais mudanças, a proposta implantada pelo governo trata de princípios orientadores, sendo assim elencados: relação parte-totalidade, reconhecimento de saberes, teoria e prática, interdisciplinaridade, avaliação emancipatória e pesquisa como princípio educativo (RIO GRANDE DO SUL, Proposta, 2011-2014, grifo nosso).

Em torno da temática da pesquisa na educação básica busca-se analisar a relação dessa proposição como uma prática pensada e estruturada, levando em conta diversos aspectos envolvidos para sua efetiva realização: leitura, produção escrita, reflexão, método e planejamento, para a edificação de indivíduos mais críticos e acolhedores da realidade, posicionando-se contra a indiferença.

De acordo com a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (2011-2014):

A pesquisa é o processo que, integrado ao cotidiano da escola, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta possibilidade de intervenção. Alia o caráter social ao protagonismo dos sujeitos pesquisadores (p. 20, grifo nosso).

Ao referir a pesquisa como parte do trabalho a ser efetuado nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, é apresentada a possibilidade de integração por parte dos *sujeitos pesquisadores* (Ibidem, grifo nosso). No âmbito escolar, deve-se

⁷ A afirmativa é parte da apresentação do panorama real das escolas do estado do RS e está contida no documento-base da Proposta a ser implantada nas escolas públicas do Rio Grande do Sul (p. 5).

relacionar os sujeitos especialmente os professores e os alunos, pois será deles a importância atribuída ao trabalho por meio da pesquisa.

O Regimento padrão⁸ que passou a vigorar nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2012 redesenha o mapa a ser seguido pelas escolas, especialmente no primeiro ano da implantação da proposta. Esse documento trata da pesquisa pedagogicamente estruturada e aplicada por meio de um "Projeto Vivencial", parte de uma metodologia que se baseia na pesquisa, cuja finalidade principal expressa a possibilidade de:

[...] construção de novos conhecimentos e a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos no cotidiano da escola, oportunizando a apropriação adequada da realidade, projetando possibilidades de intervenção potencializada pela investigação e pela responsabilidade ética (Rio Grande do Sul, 2012, p. 9- 10).

Para isso, a proposta do governo do estado do RS define, nos documentos relacionados à referida mudança, a capacidade de trabalhar intelectualmente diante dos avanços existentes, utilizando os recursos e o domínio das ferramentas tecnológicas, de forma que o sujeito se sinta parte do meio em que vive e crie estratégias para sua melhoria.

Para a realização da presente proposição, algumas modificações curriculares foram apontadas, principalmente com a introdução do eixo articulador denominado Seminário Integrado.

Os Seminários Integrados constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e em complexidade crescente. Organizam o planejamento, a execução e a avaliação de todo o projeto político-pedagógico, de forma coletiva, incentivando a cooperação, a solidariedade e o protagonismo do jovem adulto (Rio Grande do Sul, 2011-2014, p. 24).

Na prática, o Seminário Integrado tem o propósito de buscar o diálogo com as demais áreas do conhecimento e organizar ou estruturar os projetos a serem desenvolvidos, principalmente pelos estudantes, sob a orientação de um professor, enquanto espaço de desenvolvimento e aplicação de projetos de pesquisa⁹.

Dessa forma, elementos considerados essenciais na temática são apontados na proposta: tempo (ampliação de horas-aula) para a dedicação dentro do eixo articulador responsável pela estruturação dos projetos de pesquisa, a relação partetodo e a interdisciplinaridade, metodologia fundamental para a prática da pesquisa.

⁸ Regimento Referência das Escolas de Ensino Médio Politécnico da Rede Estadual.

⁹ Pode-se evidenciar que, juntamente com a introdução dos Seminários Integrados, que compõem a parte diversificada do currículo, há a necessidade de ampliação da carga horária escolar. Das 800 horas anuais (carga mínima estipulada pela LDB 9394/96), a carga horária escolar passa a ser 1.000 horas anuais. Esse aumento de horas anuais foi organizado a partir do acréscimo de cinco horas-aula semanais.

Analisa-se com isso que, de acordo com o que os documentos apresentam, uma nova possibilidade de ensino passa a ser apresentada. Ou seja, pensando na educação básica nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, não se pode negar que as mudanças apresentadas têm um peso significativo, caso sejam postas em prática de forma a beneficiar os processos de ensino e de aprendizagem vivenciados na escola.

3 DESAFIOS DIANTE DA APLICAÇÃO DA PROPOSTA

De acordo com Demo (2011), Galiazzi e Moraes (2002) e Moreira (1988), a sala de aula é o espaço que mais pode contribuir para a análise e a construção de conhecimento por meio da pesquisa.

O que Galiazzi (2011) define por pesquisa no espaço escolar é a condição de aprender a observar, a duvidar, a interrogar, a argumentar com competência e para isso, a escrita por mão própria torna-se essencial. Para essa prática, os saberes dispostos no meio em que os sujeitos se inserem, saberes do senso comum, não são descartados, mas reavaliados, postos em dúvida, analisados sob outras ópticas, a fim de poder apresentar uma possibilidade nova de construção do conhecimento, (DEMO 2011). Para Saviani apud Lelis (2001, p. 55):

[...] passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva, simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada.

A apropriação de conceitos que emergem do senso comum como verdades estabelecidas e sua devida problematização, a ponto de poder aflorar novos conceitos embasados por métodos em torno da pesquisa, passam a ser indicativos presentes no que diz respeito ao trabalho que se utiliza da pesquisa como prática constante.

É nesse propósito que diversos autores, entre eles Demo (1992,1995, 2004, 2008, 2011), Galiazzi (2011) e Galiazzi e Moraes (2002), apontam a pesquisa em ensino como fator possibilitador de formação de sujeitos questionadores argumentativos, produtores de reflexões em torno de seu contexto, favorecendo a produção de ensino reflexivo.

No educar pela pesquisa, conduzindo ao aprender a aprender, faz-se do escrever maneira de pensar, isto é, pelo exercício da escrita aprende-se a pensar por mão própria e nisto está um entendimento inovador. A lógica tradicional inverte-se. Do pensar para escrever desenvolve-se o escrever para pensar (GALIAZZI; MORAES, 2002, p. 240).

Dessa forma, o uso da pesquisa como prática no ensino básico perpassa pelos caminhos da leitura e da escrita constantes, construção do argumento, problematização e diálogo crítico, afirmam Galiazzi et al. (2001). Moraes, Galiazzi e Ramos (2012, p. 12) indicam que:

A pesquisa em sala de aula é uma das maneiras de envolver os sujeitos, alunos e professores, num processo de questionamento do discurso, das verdades

implícitas e explícitas nas formações discursivas, propiciando a partir disso a construção de argumentos que levem a novas verdades.

De acordo com os autores mencionados acima, a problematização passa a ser a mola propulsora da proposta da pesquisa em sala de aula. Para a interação entre a pesquisa e a constituição de novas aprendizagens, torna-se necessário percorrer um movimento dialético constituído de três fases: o questionamento, a argumentação e a comunicação de resultados. Torna-se necessário questionar os argumentos dispostos como verdades cristalizadas e, por meio da elaboração de novas hipóteses, leituras, discussões, análise de dados e de nova escrita, promover a constituição de novos argumentos.

A pesquisa em sala de aula precisa do envolvimento ativo e reflexivo permanente de seus participantes. A partir do questionamento é fundamental pôr em movimento todo um conjunto de ações, construção de argumentos que possibilitem superar o estado atual e atingir novos patamares do ser, do fazer e do conhecer (Idem, p. 15).

Ao analisar as exposições evidenciadas pela pesquisa e sua relação com a educação básica, pode-se perceber que a mesma é uma prática construída no contexto e pelos sujeitos envolvidos: professor e aluno. Assim, torna-se necessário romper com o indicativo de que nessa condição, apenas o aluno tem a incumbência de se apropriar desse método. O professor como motivador da prática deve munir-se de condições capazes de colaborar efetivamente para a realização da mesma. No que diz respeito a essa afirmativa, Demo (2011, p. 47) corrobora ao afirmar que:

É condição fatal da educação pela pesquisa que o professor seja pesquisador. Mais que isto, seja definido principalmente pela pesquisa. Não precisa ser um "profissional da pesquisa", como seria o doutor que apenas ou, sobretudo produz pesquisa específica. Mas precisa ser como profissional da educação, um pesquisador.

Ao tratar da pesquisa na educação básica, principalmente relacionando com o que o presente texto apresenta, torna-se inevitável refletir sobre o papel do professor, levando em consideração seus saberes e sua prática diante da temática abordada.

Ludke (2001, p. 77), na parte inicial de seu trabalho, apresenta os seguintes questionamentos relacionados ao que vem sendo exposto: "Quando se trata do trabalho do professor, qual é o tipo de saber que o caracteriza? Qual é seu próprio? O que entra em sua composição? Como se desenvolve?". Na tentativa de promover uma discussão em torno dos questionamentos lançados, a autora abre um espaço para a análise de assuntos abordados por outros autores, em épocas e espaços diferentes, a fim de desenvolver entendimentos em torno das definições dos saberes docentes, dando ênfase à temática do professor-pesquisador.

A autora inicia apresentando importantes contribuições de Tardif, autor que evidencia que a constituição dos saberes docentes não ocorre de forma única, mas sim derivados de diversas vertentes. Nesse sentido, Tardif (2000, p. 10-11) afirma que o saber docente aborda um sentido amplo: "engloba conhecimentos,

competências, habilidades, e atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes é chamado de saber, saber-fazer e saber-ser".

O estudo que investiga e aponta os saberes constituídos pelo professor durante sua trajetória profissional é denominado pelo autor de epistemologia da prática profissional, ou seja, "estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas" (Ibidem, p. 10).

Nesse sentido, esse autor aponta que o saber tem sentido amplo, pois engloba conhecimentos, competências, habilidades e atitudes. Esses saberes se dividem em diversos campos de formação do professor, sendo eles: profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais, segundo Tardif (2002).

Refletindo a respeito das proposições em torno do saber docente apresentam-se alguns questionamentos quando se pensa na proposta do Ensino Médio Politécnico e sua ênfase situada na proposta da pesquisa na educação básica: durante a caminhada profissional do professor, em que momento entram em debate os processos favoráveis à condição dele poder trabalhar com a pesquisa em sua prática pedagógica? Em qual (ou quais) dos saberes elencados acima é constituído o saber relacionado à apropriação da investigação por parte dos professores? Ao trabalhar na proposta do Ensino Médio Politécnico, o professor se identifica ou se apropria da pesquisa como um desafio pertinente à sua prática?

Dessa maneira, ao relacionar a temática da pesquisa na educação básica e entendendo-a como um fator de diferenciação no que se refere à contribuição nas formas de constituição formativa dos sujeitos envolvidos, a ligação entre o professor-pesquisador e a prática de educar pela pesquisa se relacionam reciprocamente.

Conforme Del Pino (2012), os aspectos em torno da melhoria da qualidade de ensino estão diretamente associados ao professor que é investigador na e da sua prática. Essa condição passa a exigir desse profissional um processo reflexivo e constante de avaliação de suas ações, propondo inovações na sua disciplina. Conforme esse autor:

A prática analisada gera teoria, e a teoria permite desenvolver uma prática mais fundamentada. Portanto, o circuito prática-teoria-prática permite construir um conhecimento didático que se repete em ciclos sucessivos e que gera crescimento progressivo do conhecimento sobre a realidade de ensino e sobre o próprio ensino (DEL PINO, 2012, p. 98).

No mesmo sentido, Moreira (1988, p. 48) indica que:

O professor que simplesmente ignorar o domínio teórico da ação docente estará trabalhando na base do ensaio-e-erro, seguindo modismos, imitando colegas, usando textos e outros materiais instrucionais sem saber qual orientação teórica está por detrás desses materiais. A atividade docente, ao contrário, deve ser conduzida sob um referencial teórico acerca de ensino, coerente com pressupostos teóricos acerca de aprendizagem e de como é produzido o conhecimento humano.

Dessa forma, parece tornar-se necessária a constante busca pelo aprimoramento teórico e reflexivo da prática docente, a fim de atingir os objetivos e desafios propostos, principalmente aqueles que emergem de atividades que não foram contempladas durante o processo formativo inicial.

Conforme Galiazzi e Moraes (2002, p. 251):

A formação de professores tem sido historicamente criticada pela incapacidade de estabelecer uma relação complementar entre teoria e prática. Defendemos a tese de que a educação pela pesquisa é um modo, tempo e espaço de formação que possibilita superar esta limitação, porque o formador e o licenciando, pelo educar pela pesquisa, podem assumir suas próprias teorias pedagógicas.

A construção de uma formação profissional que faz uso da pesquisa apresenta a condição de ver e rever situações cotidianas a favor da edificação de sujeitos que se percebam no meio e que criam condições para aprimorar seu trabalho. Por meio de uma formação que não se restrinja apenas a trabalhar conteúdos e práticas voltados à própria área de atuação, mas à percepção do contexto amplo, à possibilidade de interagir por meio da pesquisa nas áreas educativas. Para isso, a formação inicial e continuada torna-se elemento de impulso no sentido de contatar e alavancar as práticas que norteiam a pesquisa.

De acordo com Pimenta (1997), a atitude investigativa oferecida pelos cursos de formação tem o propósito de ressignificar o processo formativo do professor a partir da reconsideração dos saberes necessários à docência, colocando a própria prática pedagógica como objeto de estudo. Conforme Maciel apud Schigunov (2002, p. 82):

Naturalmente, não se tem a pretensão de transformar a formação de professores em formação de pesquisadores, mas de pensar uma formação em que o professor esteja instrumentalizado pela pesquisa, que desenvolva uma concepção reflexiva sobre os acontecimentos que se dão em sala de aula, de forma a buscar a sua compreensão, para desenvolver ações concretas e efetivas.

A autora descreve sobre a necessidade de o professor saber ou, pelo menos, poder instrumentalizar-se pela pesquisa, despertando para a postura reflexiva em sala de aula como alguém que releia e reconstrua, problematize e investigue sua própria ação enquanto ensina e aprende.

Dessa forma, a Proposta do Ensino Médio Politécnico aponta como urgentes as mudanças em três fatores estruturantes:

[...] valorização profissional, diretamente relacionada à questão salarial, à carreira e à *formação inicial e continuada*; reestruturação física da rede estadual de ensino; e reestruturação do currículo da educação básica, em especial o ensino médio (RIO GRANDE DO SUL, 2011-2014, p. 3, grifo nosso).

Sendo assim, a ênfase apontada para a reflexão em torno do trajeto formativo evidencia que, se for posta em prática, favorecerá a implantação de medidas inovadoras de ensino. Segundo Demo (2002), o desafio de refazer a competência

docente não pode esconder que é absolutamente indispensável refazer o trajeto formativo.

Parece se tornar o ponto de encontro entre a inovação e o Ensino Médio Politécnico, não se trata da politecnia em si, nem mesmo da prática da pesquisa, se apenas teorizada. O que de inovador existe na proposta é justamente a implantação da prática da pesquisa dentro de uma política pública¹⁰ especificamente para a educação básica, amparada por uma aplicação diretamente curricular e apoiada por um eixo articulador denominado Seminário Integrado, que tem a função de desenvolver a temática da pesquisa.

Analisando a forma como está escrita a proposta no documento-base, entende-se que se trata de uma nova metodologia de trabalho, focada na inovação, uma vez que supõe que o professor passe a trabalhar de maneira direta com a pesquisa. Se isso se tornar uma realidade, a relação dessa prática remeterá diretamente para a constituição de novos instrumentos no trabalho docente, tornando sua ação diferenciada de antigos métodos tradicionais baseados na reprodução por cópia¹¹.

A inovação da proposta está justamente em envolver diretamente o professor e o aluno em um projeto que exige a ação contínua, constante e reflexiva durante o processo de desenvolvimento. É o propósito do questionamento reconstrutivo, conforme denominação de Demo (2011), essencial e almejado quando se trata de utilizar a pesquisa como prática pedagógica. Nessa condição, ocorreria a substituição da aula mecanizada, reproduzida, abrindo espaço para a produção própria. Ou seja, o questionamento reconstrutivo oriundo da prática da pesquisa em aula favorece o caminho para a mudança e a construção de sujeito histórico capaz de compreender, questionar e conquistar outras mudanças.

O que parece ser motivo de constante análise é perceber como isso tem sido realizado na prática pelas escolas públicas do Rio Grande do Sul a partir de 2012¹² e de que maneira a comunidade escolar como um todo participou da construção da proposta, ou mesmo como os professores passaram a repensar sua prática, apoiando-se em sua formação inicial e continuada para favorecer a implantação da proposta.

¹⁰ A legislação em torno da educação já aponta para a pesquisa em educação. Pode-se consultar a LDB 9394/96, título I, art. 3º e 4º. e a Constituição Federal de 1988 art. 205, inciso II, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que também tratam da reformulação do Ensino Médio em nível nacional. O que se busca entender é como essa proposta indica os caminhos para tornar essa relação possível.

¹¹ Os autores que apostam no Educar pela Pesquisa enfatizando a superação da reprodução por cópia: Galiazzi e Moraes (2002), Demo (2008; 2011)

¹² Ano em que o Ensino Médio Politécnico passou a ser implantado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o apresentado neste artigo, a pesquisa na educação básica como política pública torna-se condição para favorecer a prática inovadora de ensino quando pensada e reformulada dentro do âmbito escolar. De acordo com o que foi proposto no material de análise, os quesitos que propiciam a condição de um currículo que inclua a pesquisa como prática pedagógica foram teoricamente evidenciados, sendo necessário averiguar se o que ocorre na prática atende as demandas exigidas para se tornar concreta.

Se analisada como proposta de inovação, essa temática passa a abrir condições para que as próprias universidades repensem seu currículo formativo, relacionando a pesquisa como elemento essencial de ser evidenciado para a formação dos futuros professores. Enquanto isso, medidas de apoio formativo devem se tornar urgentes para os professores que, durante sua formação inicial não tiveram o contato com a prática da pesquisa, para que possam adquirir e construir esses novos saberes. Dessa forma, poderão desenvolver um trabalho mais aproximado com o que se espera de uma educação que busca na pesquisa o "fermento" para a constituição da autonomia de sujeitos dispostos em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 25/01/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCNs Ensino Médio**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%3Apublicacoes&Item id=859> Acesso em 10/05/2014.

DEL PINO, José C. Um estudo sobre a organização curricular de disciplinas de química geral. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 14, p. 94-114, 2012.

DEMO, Pedro. **Qualidade docente e superação do fracasso escolar**. In: SHIGUNOV Neto, Alexandre. MACIEL, Lisete S. B. (Org.). Desatando os nós da formação docente. POA: Mediação, 2002.

Paulo:	ABC : Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico. Campinas, São Papirus,1995.
2004.	Professor do futuro e reconstrução do conhecimento . Petrópolis, Rj. Vozes,
	Metodologia para quem quer aprender . São Paulo: Atlas, 2008.
	Educar pela pesquisa . 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
Associ	Pesquisa : Princípio científico e educativo. 3 ed. São Paulo: Cortez: Autores ados, 1992.

RODRIGUES, José. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** Educação Politécnica. 1983. Disponível em: http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/ Educacao_Politecnica_.pdf. Acesso em 17/04/2014.

ESQUINSANI, Rosimar S.S. et al. **Gestão e políticas educacionais: do que estamos falando mesmo?** Aportes teóricos-conceituais para a delimitação de termos. In: CAMARGO, Ieda (Orgs). **Gestão e Política da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à Prática educativa. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. I): FRIGOTTO, CIAVATTA, M. e RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: Concepção contradições. São Paulo, Ed. Cortez, 2005. Texto digital, Disponível em:http://www.unesco.org.uy/educacion/fileadmin/templates/educacion/archivos/Documento%20Concepciones%20Port.pdf Acesso em 24.11.2013.

GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque. **Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências**. Ciência e Educação, v.8, n°2, p. 237-252, 2002.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela pesquisa:** Ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

GALIAZZI, Maria do Carmo et al. **Objetivos das atividades experimentais no Ensino Médio:** a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências. Ciência & Educação, v.7, n.2, p. 249-263, 2001.

LELIS, Isabel Alice. **Do Ensino de conteúdos aos saberes do professor:** mudança de idioma pedagógico. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 74, p. 41-58 Abril/2001.

LÜDKE, Menga. **O professor, seu saber e sua pesquisa**. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 74, p. 77-96, Abril/2001.

LÜDKE, Menga, CRUZ, Giseli, BOING, Luiz. **A pesquisa do professor da educação** básica em questão. Revista Brasileira de Educação, v.4, n.42, p. 456-602, Set/dez 2009.

MACIEL, Lisete S.B. A investigação como um dos saberes docentes na formação inicial de professores. In: SHIGUNOV Neto, Alexandre. MACIEL, Lizete Shizue Bomura (orgs). Desatando os nós da formação docente. POA: Mediação, 2002.

MORAES, R; GALIAZZI, M.C; RAMOS, M. **Pesquisa em sala de aula:** fundamentos e pressupostos (In.) MORAES, Roque e LIMA, Valderez Marina do Rosário (Orgs.). Pesquisa em sala de aula: tendência para a educação em novos tempos. 3.ed.Porto Alegre: EDIPUCRS,2012, p. 11-20.

MOREIRA, Marco Antônio. **O professor - pesquisador como instrumento de melhoria do Ensino de Ciências**. *Em Aberto*, Brasília, ano 7, n. 40,p. 43-54, Out/Dez 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. Revista Nuances, vol III, p. 5- 14, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Proposta pedagógica para Ensino Médio Politécnico e Educação Integrada ao Ensino Médio 2011-2014. Disponível em:http://educacao.rs.gov.br/dados/ensmedproposta.pdf Acesso em 24 de julho de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Regimento referência das Escolas de Ensino Médio Politécnico da Rede Estadual.** Parecer CEED nº 310/2012. Disponível em: < http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens.> Acesso em 24 de julho de 2013.

SAVIANI, Demerval. **História da história da educação no Brasil:** Um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, p. 147-167, de 27 a 29 de agosto de 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores:** elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, n. 13, p. 05-24, Jan/fev./mar./abr., 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2002.